HONORÁRIOS AUTOCOMPOSITIVOS E O INTERESSE PÚBLICO NA PERCEPÇÃO DE HONORÁRIOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO RESOLUTIVA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ⁷²³

SELF-COMPOSITION FEES AND THE PUBLIC INTEREST IN THE PERCEPTION OF FEES: A REFLECTION ON RESOLVING ACTION BASED ON THE EXPERIENCE OF THE STATE OF PARÁ

Thiago Vasconcellos Jesus

Doutorando e mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialização em Direito Público pela Universidade Gama Filho (UGF). Graduação em Direito (UFPA). Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo (ANNEP) e do Grupo de Pesquisa “Conflitos: administração, processo e a paz” (CNPq). Foi Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal. Membro das Comissões autocompositivas de criação da PCAM/PA (LC n.º 121/2019) e de criação da transação fiscal (Lei n.º 9.260/2021 e Decreto n.º 1.795/2021) e presidente da comissão que a regulamentou (Instrução Normativa Conjunta PGE-SEFA n.º 001/2023). Foi procurador do estado de Minas Gerais. Ex-servidor do Ministério Público da União (MPU) lotado na Procuradoria da República no Estado do Pará (PR/PA). E-mail: thiago.jesus@pge.pa.gov.br

Sandoval Alves da Silva

Doutor e mestre em Direito (UFPA), na linha de pesquisa sobre constitucionalismo, democracia e direitos humanos. Procurador do trabalho lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 8.ª Região. Procurador-Chefe da 8.ª Região. Professor da UFPA, na graduação e na pós-graduação em Direito. Membro da International Association of Procedural Law (IAPL), membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP). Associado fundador da ANNEP. Líder do Grupo de Pesquisa “Conflitos: administração, processo e a paz” (CNPq). Ex-procurador do estado do Pará. Ex-assessor da Auditoria Geral do Estado do Pará (AGE/PA) e ex-analista de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). E-mail: sandovalalves8@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1795-2281>

Enore Correa Monteiro

Mestre em Direito (PPGDDA/UFPA). Pós-graduado em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ). Graduado em Direito (UFPA). Procurador do Estado do Pará. Diretor da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda. E-mail: enoremonteiro@hotmail.com

RESUMO: O acesso à justiça é um direito social que não é assegurado exclusivamente pelo Judiciário. Utilizando-se o método dedutivo e

⁷²³ Artigo recebido em 25/01/2024 e aprovado em 21/02/2025.

realizando-se uma pesquisa documental e bibliográfica, apontam-se neste artigo possíveis premissas referentes ao acesso à justiça, ao sistema multiportas e ao interesse público, todas a serem consideradas pela Administração Pública. Analisando-se a doutrina, a legislação e a jurisprudência em cotejo com a experiência da Câmara Autocompositiva estadual do Pará sobre a criação, a concretização, a realização e a divulgação de acordos e com outros dados disponibilizados no *site* oficial da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, questiona-se se o abandono da tentativa de solução autocompositiva pelo advogado particular poderia afastar a sucumbência do Poder Público e, por consequência, os honorários do advogado demandista. O artigo busca examinar o conflito existente entre o interesse particular do advogado na percepção de honorários sucumbenciais e o efetivo acesso à justiça por meio da realização de acordo. Conclui-se que é possível o afastamento gradual e provisório no caso concreto do estado do Pará, quando expressamente divulgadas em *site* oficial as hipóteses em que a autocomposição está autorizada.

PALAVRAS-CHAVE: acesso à justiça; sistema multiportas; interesse público; honorários autocompositivos; estado do Pará.

ABSTRACT: Access to justice is a social right that is not guaranteed exclusively by the judiciary. Based on the deductive method and documentary and

bibliographic research, possible premises regarding access to justice, the multi-door system and the public interest are pointed out, all to be considered by the Public Administration. Analyzing the doctrine, the legislation and the jurisprudence in comparison with the experience of the state self-compositional chamber of Pará on the creation, implementation, realization and dissemination of agreements and other data made available on the official website of the Attorney General's Office of the state of Pará, it is questioned whether the abandonment of the attempt at self-composed solution by the private lawyer could prevent the succumbence of the Public Power and, consequently, the fees to the plaintiff lawyer. It is concluded that it is possible the gradual and provisional removal the concrete case of the State of Pará, when expressly disclosed on the official website the hypotheses in which the self-composition is authorized.

KEYWORDS: access to justice; multi-door system; public interest; self-composition fees; State of Pará.

INTRODUÇÃO

O acesso à justiça, o sistema multiportas, o interesse público, as características da jurisdição e a proposta cooperativa do Código de Processo Civil (CPC) suscitam algumas reflexões sobre as posturas a serem adotadas pelos envolvidos em eventuais conflitos.

O presente artigo parte da

premissa de que os honorários sucumbenciais exigem a efetiva derrota judicial em demanda com interesse processual de agir, na qual fique demonstrado o fracasso da primariedade autocompositiva.

A propósito, o CPC incentiva os envolvidos a promover a solução dos conflitos por acordo, a atuação cooperativa para uma decisão de mérito justa e efetiva e o comportamento segundo a boa-fé.

Não se desconhece a problemática decorrente da crescente judicialização e da demora (e possível inefetividade) da prestação jurisdicional. Não se desconhece tampouco que a razoável duração do processo e a respectiva celeridade – no âmbito judicial e administrativo – são direitos fundamentais expressamente assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988).

A atuação demandista, que desconsidera meios autocompositivos de resolução de litígios visando prioritariamente apenas a percepção de honorários sucumbenciais tidos como certos, pode privilegiar o interesse particular do advogado em detrimento do acesso à justiça célere, responsável e efetivo desejado pelos envolvidos no conflito, problema ou insatisfação social (CPIS). Esse potencial conflito entre o interesse particular do advogado e o interesse público, caracterizado pela pacificação de conflitos e pela redução da litigiosidade, é o cerne deste artigo.

Nesse contexto, a partir do método de abordagem dedutivo e de uma pesquisa documental e bibliográfica, pretende-se apontar premissas teóricas sobre o acesso à justiça, o sistema multiportas, a secundariedade de jurisdição e o interesse público, bem como identificar a experiência e as características da Câmara Autocompositiva estadual do Pará. Ainda, pretende-se examinar as possíveis consequências de uma atuação demandista ou não resolutive do advogado particular contra o Poder Público, que, por sua vez, tenha divulgado previamente as matérias nas quais a autocomposição estava autorizada.

Num esforço metodológico para aliar razões epistemológicas e práticas, buscar-se-á responder ao seguinte questionamento: a inexistência da tentativa de administração autocompositiva por parte do advogado, particular ou público, pode configurar ausência de causa justificadora dos honorários sucumbenciais, por ter dado causa à judicialização da demanda sem que tenha sido utilizada a ação material? Ao final, à luz de estudos doutrinários, do entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), da previsão legislativa federal (CPC e Lei da Mediação) e paraense (Lei Complementar (LC) n.º 121/2019)⁷²⁴ e da análise de

⁷²⁴ PARÁ. Lei Complementar n.º 121, de 10 de junho de 2019. Cria a Câmara de Negociação,

Conciliação, Mediação, e Arbitragem da Administração Pública Estadual, institui

informações disponibilizadas no *site* da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA), indicar-se-á uma possível consequência de eventual atuação demandista do advogado particular contra o Poder Público, sem implicar prejuízos aos demais envolvidos.

1. O ACESSO À JUSTIÇA, O SISTEMA MULTIPORTAS E O INTERESSE PÚBLICO

Sobre o acesso à justiça, que é um direito social⁷²⁵, importa dizer que o Judiciário é o órgão em que os conflitos deveriam terminar e não começar (como ocorre no Brasil). Cabe questionar se o Judiciário é a melhor forma de resolução e de administração de alguns conflitos. De fato, cumpre destacar o necessário acesso à ordem jurídica justa – correspondente ao direito à informação sobre o direito substancial e a adequação dos meios

dispostos pela ordem jurídica para a sua consecução⁷²⁶ – e a existência de um sistema de múltiplas portas para efetivar a solução dos conflitos⁷²⁷.

Importa interpretar o princípio da inafastabilidade do acesso jurisdicional não só como acesso formal aos órgãos do Judiciário, mas, principalmente, como o acesso à justiça⁷²⁸ que assegura efetiva e tempestiva proteção contra qualquer forma de denegação de justiça e como o acesso à ordem jurídica justa⁷²⁹.

Nesse contexto, considerando a terceira onda renovatória do acesso à justiça, é necessário reconhecer um enfoque mais amplo, centrando-se a atenção no conjunto de instituições, mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e prevenir disputas nas sociedades modernas, adaptando-se o enfrentamento do conflito ao tipo de litígio para o qual se busca solução e às partes nele envolvidas⁷³⁰.

medidas para a redução da litigiosidade administrativa e perante o Poder Judiciário e altera a Lei Complementar n.º 41, de 29 de agosto de 2002. *Diário Oficial do Estado*, Belém, n. 33.894, p. 10-12, 12 jun. 2019a.

⁷²⁵ SILVA, Sandoval Alves da. O (in)acesso à justiça social com a demolidora reforma trabalhista. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (org.). *A reforma trabalhista e seus impactos*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 1085.

⁷²⁶ WATANABE, Kazuo. *Acesso à ordem jurídica justa: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2019, p. 10.

⁷²⁷ DIÁLOGO entre os professores Frank Sander e Mariana Hernandez Crespo: explorando a evolução do Tribunal Multiportas. In: ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tania; CRESPO, Mariana Hernandez (org.). *Tribunal Multiportas*:

investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 25-37.

⁷²⁸ Registre-se que o atendimento das necessidades humanas pode ser feito, entre outros atores, pelo Estado, que assume o dever de concretizar os direitos sociais para atender às necessidades humanas, à luz de uma concepção social, que busca o alcance do bem-estar de cada um (SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 59 e p. 63).

⁷²⁹ SALLES, Carlos Alberto de (org.). *Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 47 e p. 49.

⁷³⁰ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1988, p.

O cerne do acesso à justiça consiste em sua realização no contexto em que se inserem as pessoas, e não em possibilitar que todos possam ir à Corte. Há que se ofertar múltiplas possibilidades para a solução dos conflitos, pois a coexistência de todos os métodos acessíveis contribui para um sistema pluriprocessual eficiente e adequado⁷³¹.

É dever do Estado e de entes privados (apesar de ser responsabilidade dos a autocomposição) disponibilizar e incrementar gradualmente os diversos métodos e ambientes de prevenção ou solução das disputas, de forma presencial ou virtual, que permita equacionar celeridade, eficiência e satisfação aos envolvidos⁷³².

Convém considerar os direitos a procedimentos como direitos a ações estatais positivas. Cabe à Fazenda Pública a responsabilidade por determinada interpretação e aplicação concreta de normas procedimentais, que consistem em direitos a uma

proteção efetiva. O resultado do procedimento deve proteger efetivamente os direitos materiais dos interessados e dos titulares de direitos fundamentais submetidos à discussão⁷³³.

Em um modelo de Estado Democrático de Direito (EDD), os poderes públicos constituem meios para a proteção e a promoção dos direitos humanos⁷³⁴. Os direitos fundamentais são premissas do EDD, sendo necessários procedimentos para seu manejo e sua implementação. O Estado passa a ser uma instituição necessária para a proteção e a garantia dos direitos fundamentais na sociedade civil⁷³⁵.

A propósito, o CPC atribui à Administração Pública a criação de câmaras de mediação e conciliação, com funções relacionadas à solução consensual de conflitos no âmbito administrativo (art. 174); da mesma forma, a Lei de Mediação (Lei n.º 13.140/2015) em seus artigos 32 e seguintes⁷³⁶.

67-68; EIDT, Elisa Berton. *Autocomposição na Administração Pública*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017, p. 95.

⁷³¹TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 5. ed. São Paulo: Método, 2019, p. 69-72 e p. 84.

⁷³² NAVARRO, Tricia. *Justiça Multiportas*. Indaiatuba: Editora Foco, 2024, p. 30-32 e 50-56.

⁷³³ ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 488; SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 199; SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos; PINHEIRO, Victor Sales. *Solução consensual dos conflitos: a Fazenda Pública e a concretização dos direitos fundamentais*.

Revista de Processo, São Paulo, v. 46, n. 312, p. 411-445, fev. 2021, p. 360.

⁷³⁴ SARMENTO, Daniel. *Livres e iguais: estudos de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 34 e p. 45-46.

⁷³⁵ SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 160-161.

⁷³⁶ Nesse sentido, o Enunciado n.º 84 do Conselho da Justiça Federal (CJF/2016): “O Poder Público – inclusive o Poder Judiciário – e a sociedade civil deverão estimular a criação, no âmbito das procuradorias municipais e estaduais, de centros de solução de conflitos, voltados à solução de litígios entre a Administração Pública e os cidadãos, como, por exemplo, a Central de Negociação da Procuradoria-Geral da União”.

A oferta de diferentes alternativas tem como objetivo assegurar a eficácia na busca da solução (ou melhor, da administração), com menores custos e mais celeridade, além da satisfação com o resultado alcançado⁷³⁷, não consistindo em mera diminuição de custos⁷³⁸.

Frise-se que a atual crise do Judiciário, pela lentidão, pela ineficiência, pelo custo e pela dificuldade de sua utilização, abala a confiança nos tribunais⁷³⁹. O tempo médio de duração dos processos judiciais revela que as maiores faixas de duração estão concentradas no tempo do processo pendente, em específico na fase de execução da Justiça Federal (8 anos e 9 meses) e da Justiça Estadual (4 anos e 4 meses). Na fase de execução, o tempo médio de tramitação é o triplo do tempo

dispensado na fase de conhecimento⁷⁴⁰.

Os procedimentos que levam ao consenso (ou melhor, ao acordo), como a mediação e a conciliação, não são medidas secundárias ou que visam apenas a desafogar o Poder Judiciário. Na verdade, são medidas adequadas, materiais, autônomas, privadas, com protagonismo e primariedade dos envolvidos⁷⁴¹ para certos tipos de conflitos, inseridas em um sistema multiportas à disposição dos envolvidos em conflito. Cumpre destacar a secundariedade (e a substitutividade) da jurisdição na tutela de direitos coletivos tendo em vista o potencial do diálogo racional autocompositivo em demandas de alta conflituosidade e intensa complexidade⁷⁴². A própria Advocacia Pública, diante da quantidade maciça de conflitos, pode desenvolver medidas e técnicas de negociação

⁷³⁷ EIDT, Elisa Berton. *Autocomposição na Administração Pública*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017, p. 87.

⁷³⁸ CASTELO BRANCO, Janaína Soares Noletto. *Advocacia Pública e solução consensual dos conflitos*. 2. ed., rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 72.

⁷³⁹ EIDT, Elisa Berton. *Autocomposição na Administração Pública*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017, p. 97-115.

⁷⁴⁰ Conforme Relatório Justiça em números divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2024, tendo 2023 como ano-base (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2024 (ano-base 2023)*. Brasília, DF: CNJ, 2024, p. 283).

⁷⁴¹ Sobre a natureza material primária privada e autônoma (por exemplo, da autotutela e da autocomposição) e sobre a natureza processual do regime de substitutividade heterocompositivo – que “incapacita” os reais

protagonistas do conflito para decidir – e delega a deliberação racional, humanizada, justa e equitativa para um terceiro imparcial, após a tentativa infrutífera (ou vedada pelo ordenamento jurídico, nos casos de ação necessária ou exercício arbitrário das próprias razões) de solução de conflitos, ver: SILVA, Sandoval Alves da; ALVES, Camille de Azevedo; SIQUEIRA, João Renato Rodrigues. O papel dos sujeitos na justiça restaurativa aplicada a casos cíveis judicializados: protagonismo ou substituição? *Revista Paradigma*, Ribeirão Preto, v. 32, n. 3, p. 256-284, set./dez. 2023.

⁷⁴² GÓES, Gisele Santos Fernandes; SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos. A necessidade da premissa dialógica como interesse processual nos processos coletivos. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 27, n. 10, set./dez. 2020, p. 285-286.

direta e práticas de solução (ou melhor, de administração) colaborativa de disputas⁷⁴³.

Nesses termos, tanto o STF (concluindo que melhor atenderá à ultimação desse interesse)⁷⁴⁴ quanto o STJ (admitindo em dano ambiental, excepcionalmente para danos difusos, obrigação de fazer e não fazer)⁷⁴⁵ já reconheceram a reavaliação (ou melhor, a gradação) do sentido e do alcance da indisponibilidade dos direitos⁷⁴⁶. Os tribunais superiores passaram, assim, a rever a interpretação semântica dada nos últimos tempos ao termo “(in)disponibilidade”, que representa a “(in)capacidade”⁷⁴⁷ ou ausência de legitimidade de certos grupos ou pessoas de dispor de seus direitos, interesses e atendimento de suas necessidades humanas e desejos

racionalmente defensáveis, modulando tal termo para que sejam abordados outros quesitos, de forma a concretizar e a realizar direitos humanos.

Observa-se que cabe ao Poder Público criar e assegurar o funcionamento de múltiplas portas para viabilizar e para implementar o direito fundamental social de acesso à justiça. Ainda, o atendimento não necessariamente será prestado pelo Judiciário, sendo recomendáveis a primariedade da autocomposição (ressalvadas as ações necessárias) e a respectiva comprovação do interesse de agir, dada a característica da secundariedade da jurisdição, assim considerada pela atuação derivada do juiz ante a ausência de atividade primária e originária dos envolvidos⁷⁴⁸.

Acrescentem-se a nova

⁷⁴³ FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Terminação consensual de litígios judiciais envolvendo o poder público estadual como política pública entre os anos de 2015 e 2019. 2020. Tese (Doutorado em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2020, p. 170.

⁷⁴⁴ Nesse sentido: STF (1. Turma). RE 253.885/MG. Relatora: Min. Ellen Gracie. Julgamento: 04/06/2002. Publicação: DJ 21/06/2002, p. 118.

⁷⁴⁵ Foi essa a orientação no do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no REsp 299.400/RJ. Relator: Min. Francisco Peçanha Martins. Relator para acórdão: Min. Eliana Calmon. Publicação: DJ 02/08/2006, p. 229).

⁷⁴⁶ SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos; PINHEIRO, Victor Sales. Solução consensual dos conflitos: a Fazenda Pública e a concretização dos direitos fundamentais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 46, n. 312, fev. 2021, p. 420-421.

⁷⁴⁷ Sobre a possível “incapacitação” relacional postulatória e relacional decisória do sujeito, a

primeira em relação ao advogado e a segunda em relação ao juiz, defende-se que os sujeitos envolvidos num conflito terão necessariamente de contratar advogado (para representação em juízo), que reportará os fatos utilizando-se de termos jurídicos. Os advogados substituirão, assim, os reais protagonistas do conflito (via petição) e, em seguida, serão substituídos ou “incapacitados” pela decisão do juiz, que é um terceiro imparcial, em regime derivado de substituição de vontade (SILVA, Sandoval Alves da; ALVES, Camille de Azevedo; SIQUEIRA, João Renato Rodrigues. O papel dos sujeitos na justiça restaurativa aplicada a casos cíveis judicializados: protagonismo ou substituição? *Revista Paradigma*, Ribeirão Preto, v. 32, n. 3, p. 256-284, set./dez. 2023).

⁷⁴⁸ SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016. Entendendo não haver secundariedade ou primariedade, ver: GONÇALVES, Marcelo Barbi. *Teoria Geral da Jurisdição*. Salvador:

abordagem e o refinamento conceitual de “interesse público”, notadamente como sendo a implementação da dignidade da pessoa humana, a colocar os direitos fundamentais como protagonistas na interpretação do ordenamento jurídico-administrativo, aproximando-o do termo “interesses gerais”⁷⁴⁹. Além disso, os interesses possuem uma perspectiva dinâmica, e o foco do Estado está ligado à satisfação das necessidades humanas e de desejos racionalmente defensáveis, individual ou coletivamente considerados⁷⁵⁰. De fato, o “interesse público” afirma os direitos fundamentais⁷⁵¹, em uma perspectiva constitucional.

O tema da autocomposição pela Administração Pública (*in casu*, do estado do Pará) é novo no ordenamento jurídico pátrio e merece amadurecimento. Ao se constatar que o setor público figura entre os maiores litigantes na atualidade, seria

questionável se o Estado ficasse apartado do incentivo legislativo às soluções consensuais (por acordo) nessa onda renovatória de pacificação social⁷⁵².

É possível sustentar que o interesse público (coletivo ou comum) ocorre quando, por meio da conciliação (ou melhor, da autocomposição), viabiliza-se o cumprimento da função administrativa ainda não efetivada, mas expressa em Lei⁷⁵³. De fato, a análise prévia da possibilidade jurídica do acordo deve estar dentro dos limites da função administrativa, da legalidade e da moralidade fundamentais a todo ato administrativo; eventual insistência no litígio, quando houver convicção do direito do autor, seria contrária ao interesse público, porque contrária à Lei. Cabe ao agente público o dever de propor a solução pacífica do conflito com o conseqüente cumprimento postergado da ordem jurídica⁷⁵⁴.

JusPodivm, 2018.

⁷⁴⁹ HEINEN, Juliano. *Interesse público: premissas teórico-dogmáticas e proposta de fixação de cânones interpretativos*. Salvador: JusPodivm, 2018, p. 52.

⁷⁵⁰ SILVA, Sandoval Alves da. *Direitos sociais: leis orçamentárias como instrumento de implementação*. Curitiba: Juruá, 2007.

⁷⁵¹ As expressões “direitos fundamentais” e “direitos humanos” são usualmente empregadas como sinônimos. Contudo, parte majoritária da doutrina aponta que os direitos humanos teriam por premissa a exigência de respeito à dignidade humana, seriam revestidos de universalidade, independentemente de previsões normativas; os direitos fundamentais, por sua vez, seriam espécie de direitos humanos reconhecidos e consagrados pelo Estado no ordenamento jurídico. Há uma acepção minoritária no

sentido de que os direitos humanos são uma espécie de direitos fundamentais (SILVA, Sandoval Alves da. *Direitos sociais: leis orçamentárias como instrumento de implementação*. Curitiba: Juruá, 2007, p. 29).

⁷⁵² EIDT, Elisa Berton. *Autocomposição na Administração Pública*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017, p. 107 e p. 115.

⁷⁵³ LAURENTINO, Erivan. *Acordos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública*. In: NERY, Cristiane da Costa; GUEDES, Jefferson Carús (coord.). *Juizados Especiais da Fazenda Pública: uma visão sistêmica da Lei 12.153/2009*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 108-109.

⁷⁵⁴ LAURENTINO, Erivan. *Acordos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública*. In: NERY, Cristiane da Costa; GUEDES, Jefferson Carús (coord.). *Juizados Especiais da Fazenda Pública: uma visão sistêmica da Lei 12.153/2009*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 100-101.

Assim, incumbe ao Estado (no atual modelo de EDD), como instrumento de acesso à justiça, viabilizar procedimentos como espécie de direitos fundamentais, entre os quais o sistema multiportas, que abrange a autotutela, a autocomposição e a heterocomposição. Defende-se que a autocomposição pode ser praticada pela Administração Pública e que a composição pode ser interpretada como uma questão de interesse comum, entre outros motivos, por considerar o direito fundamental da razoável duração do processo.

2. A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA AUTOCOMPOSITIVA ESTADUAL DO PARÁ: CRIAÇÃO, CONCRETIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE ACORDOS

Ante a obrigação de viabilizar o acesso à justiça e aos procedimentos com razoável duração e celeridade como espécie de direito social fundamental, bem como de viabilizar o disposto nos artigos 3.º, § 3.º, e 174 do

CPC (e no 32 *et seq.* da Lei n.º 13.140/2015), o estado do Pará criou, pela LC n.º 121, de 10 de junho de 2019⁷⁵⁵, a Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (CAMPGE), atual Procuradoria de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem (PCAM), abrindo a porta da autocomposição independentemente de judicialização⁷⁵⁶.

A PCAM insere-se na estrutura organizacional da PGE no nível de gestão superior finalística, e cabe ao Procurador-Geral do Estado estabelecer o modo de composição e o Regimento da PCAM, bem como os limites e critérios das composições a serem celebradas. Também é de competência do PGE celebrar transação (negociação) referente a ações judiciais que versem sobre matéria tributária⁷⁵⁷, desde que isso não acarrete dispensa de tributo, multa, atualização monetária e demais acréscimos legais, salvo autorização legal ou se o litígio envolver matéria pacificada nos Tribunais Superiores. Compete ainda ao PGE celebrar

⁷⁵⁵ Em 23 de março de 2021, foi atualizado o Regimento Interno da PGE/PA. No caso, a CAMPGE deixou de ser Câmara (então vinculada à gestão superior estratégica) e passou a ser uma Procuradoria Especializada (integrando a gestão superior finalística), conforme o artigo 10, V, 'i', do Decreto n.º 1.395, de 2021. Referido Decreto também mudou a figura da chefia de Coordenador da Câmara, que passou a ser chamado Procurador-Chefe da Procuradoria. É oportuno registrar a orientação do Enunciado n.º 123 do Fórum Nacional do Poder Público (FNPP) no sentido de recomendar a criação das câmaras autocompositivas pela Administração Pública como corolário de economicidade e de

eficiência (JESUS, Thiago Vasconcellos. A advocacia pública compositiva e os direitos fundamentais. In: MARINHO, Daniel Octávio Silva; ARAÚJO, José Henrique Mouta; PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; BECKER, Rodrigo Frantz (org.). Fazenda Pública: atuação em juízo, consensualidade e prerrogativas. Londrina: Thoth, 2022, p. 61).

⁷⁵⁶ Para mais detalhes: JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023.

⁷⁵⁷ Sobre a transação fiscal, registre-se a edição da Lei Estadual n.º 9.260/2021, do Decreto Estadual n.º 1.795/2021 e da Instrução Normativa Conjunta PGE/SEFA n.º 01/2023.

transação que envolva créditos não tributários, podendo fixar pagamento parcelado e o número de parcelas, inclusive com concessão de descontos conforme o montante do débito, observados a legislação específica do crédito e o regulamento correspondente⁷⁵⁸.

A Procuradoria poderá atuar em conflitos que versem sobre direitos disponíveis e sobre direitos (supostamente) indisponíveis – com a ressalva de Venturi, que admite transação inclusive sobre indisponíveis⁷⁵⁹, e de Silva, que sugere deslocar “o que” seja indisponível para quando, como e quem pode dispor do interesse⁷⁶⁰. A Procuradoria poderá realizar a composição extrajudicial de conflito entre órgãos e/ou entidades da administração pública estadual, a depender de solicitação do Governador ou dos titulares das respectivas pastas após análise do Procurador-Geral⁷⁶¹.

A LC n.º 121/2019 foi regulamentada pela Portaria PGE n.º 512/2019, buscando incentivar formas

consensuais de resolução de conflitos. Segundo a referida Portaria, o procedimento de autocomposição perante a PCAM será orientado pelos princípios da imparcialidade do mediador ou conciliador (ou melhor, do facilitador da autocomposição), da oralidade, do formalismo-valorativo, da busca do consenso (ou melhor, do acordo), da confidencialidade, do pluralismo participativo e da boa-fé⁷⁶².

A proposta de autocomposição é plural: poderá partir de Procurador do Estado, da parte interessada, de terceiro interveniente, do advogado com procuração suficiente, de membro do Ministério Público (MP) ou da Defensoria Pública (DP), da autoridade jurisdicional perante a qual a demanda estiver submetida, e do órgão ou entidade estadual que tenha interesse na demanda. Ainda, é exigida a ratificação do pedido de instauração pela chefia a que o Procurador proponente estiver subordinado, a decisão de instauração (ou não) cabendo ao Procurador-Chefe da PCAM, ambas devidamente

⁷⁵⁸ JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 146.

⁷⁵⁹ VENTURI, Elton. Transação de direitos indisponíveis? Revista de Processo, São Paulo, v. 41, n. 251, p. 391-426, jan. 2016.

⁷⁶⁰ SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016.

⁷⁶¹ JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 146.

⁷⁶² Poderão ser submetidos à autocomposição na PCAM os conflitos judicializados ou não, sem prejuízo de apreciação da PGE, em que o

estado do Pará seja parte ou terceiro interveniente, relativos a direitos disponíveis ou sobre direitos supostamente indisponíveis que admitam transação (ou melhor, negociação). A instauração do procedimento justificar-se-á quando os riscos jurídicos, financeiros ou sociais verificados forem relevantes e quando os custos associados à propositura (de forma preventiva), bem como à manutenção e ao acompanhamento de demanda judicial ou administrativa, superarem o potencial benefício jurídico, financeiro ou social prognosticado (JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 195).

fundamentadas⁷⁶³.

Desde 2019, o Pará tem estruturado (e ampliado) a via autocompositiva, seja pela criação, seja pela regulamentação procedimental, inclusive com a disposição de temas pré-aprovados para assinatura de acordos no âmbito da PCAM⁷⁶⁴.

Sobre a concretização, sustenta-se que o processo por quesitos, com a especificação dos elementos essenciais e acidentais do acordo diretamente pelos envolvidos (e não por terceiros na via heterocompositiva), tem potencial para uma tomada de decisão resolutiva, dando concretude aos direitos fundamentais⁷⁶⁵. Objetiva-se demonstrar, ainda, que a concretização de direitos não é exclusiva do Judiciário, mas também é viabilizada por outros atores

envolvidos (inclusive, o estado do Pará). Afasta-se, pois, o monopólio da jurisdição, trazendo-se o direito para perto da sociedade ou dos sujeitos envolvidos⁷⁶⁶.

A crescente assinatura de acordos pela PGE/PA revela que o procurador estadual do Pará tem prestigiado a via autocompositiva, a despeito dos riscos de questionamentos pelos órgãos de controle⁷⁶⁷ e do maior desgaste para a conclusão de um acordo se comparado ao protocolo de uma petição processual⁷⁶⁸. Nesse sentido, já se defendia a solução direta dos conflitos entre particular e Estado, existindo casos em que os procuradores não estão obrigados a recorrer até a última instância, quando se trata de assunto pacificado na

⁷⁶³ JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 195.

⁷⁶⁴ Há temas aprovados para acordo na PCAM, observados os parâmetros objetivos do Gabinete da PGE, entre outros: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Adicional por Tempo de Serviço (ATS), honorários de advogado dativo, diárias de policial militar, abono da polícia civil, ações de cobrança em decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Tribunal de Contas do Município (TCM) e piso nacional do magistério. Está autorizada, também, a transação nas hipóteses em que inexistir controvérsia quanto ao fato e ao direito aplicado e houver erro administrativo reconhecido pela autoridade competente (JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 148).

⁷⁶⁵ SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 193.

⁷⁶⁶ SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 80 e p. 251.

⁷⁶⁷ CASTELO BRANCO, Janaína Soares Noletto. *Advocacia Pública e solução consensual dos conflitos*. 2. ed., rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 103-104.

⁷⁶⁸ EIDT, Elisa Berton. O funcionamento das câmaras administrativas de solução de conflitos pela Advocacia Pública. In: ANDRADE, Raimundo Luiz de (org.). *Livro de Teses*. Salvador: Associação dos Procuradores do Estado da Bahia, 2019. p. 144. Sobre a natureza possivelmente mais trabalhosa do acordo em relação ao protocolo de uma contestação, consultar: JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023.

jurisprudência⁷⁶⁹. É defensável, inclusive, a autocomposição desde a 1.^a instância.

A PCAM passou de 174 (cento e setenta e quatro) acordos do ano inaugural (2019) para 1.405 (mil quatrocentos e cinco) no ano seguinte, num crescimento geométrico de 800% no segundo ano de implantação. Em 2021, ao finalizar o primeiro semestre (em junho), a quantidade absoluta de acordos (1.738) já superava a do total do ano anterior, correspondendo a uma quantidade aproximada 25% maior do que o total registrado no ano anterior⁷⁷⁰. De fato, nas 6 (seis) procuradorias estaduais pesquisadas, distribuídas em todas as 5 (cinco) regiões do Brasil no período de 2019 a meados de 2021⁷⁷¹, a quantidade de acordos do estado do Pará era a maior.

Em 2022, foram 2.428 (dois mil quatrocentos e vinte e oito) acordos. Em 2023, o total de acordos foi de 2.413 (dois mil, quatrocentos e treze). De fato, em 2023 e em 2022, foi

observada a média de 200 (duzentos) acordos por mês.

Em 2024, ao final do primeiro semestre, constata-se uma progressão gradual: em 2022, foram 1.130, em 2023, foram 1.180⁷⁷² e, em 2024, foram 1.357 acordos.

Sobre a realização dos acordos, vale destacar a previsão de disponibilidade orçamentária específica e a divulgação no *site* oficial da PGE/PA sobre a autocomposição⁷⁷³.

A propósito, a composição realizada pela PCAM, quando submetida à homologação judicial, observará, quanto às obrigações de pagar, os regimes do precatório e da Requisição de Pequeno Valor (RPV). Igualmente, quando envolver a discussão de obrigações que imediatamente ou mediamente impliquem compromisso financeiro, observará a disponibilidade orçamentária do Tesouro Estadual⁷⁷⁴.

A despeito da limitação de recursos e da reserva do possível, cabe

⁷⁶⁹ MOURÃO, Alessandra Nascimento Silva e Figueiredo. *Técnicas de negociação para advogados*. 4. ed., rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 23.

⁷⁷⁰ JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 182.

⁷⁷¹ JESUS, Thiago Vasconcellos. A advocacia pública compositiva e os direitos fundamentais. In: MARINHO, Daniel Octávio Silva; ARAÚJO, José Henrique Mouta; PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; BECKER, Rodrigo Frantz (org.). *Fazenda Pública: atuação em juízo, consensualidade e prerrogativas*. Londrina: Thoth, 2022, p. 63-65.

⁷⁷² JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 182-183.

⁷⁷³ No link <https://www.pge.pa.gov.br/>, é possível consultar, mês a mês, o “total de acordos realizados naquele mês”, “o valor real”, “o valor dos acordos”, “a economia para o Estado” e os assuntos objeto dos acordos firmados (JESUS, Thiago Vasconcellos. A advocacia pública compositiva e os direitos fundamentais. In: MARINHO, Daniel Octávio Silva; ARAÚJO, José Henrique Mouta; PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; BECKER, Rodrigo Frantz (org.). *Fazenda Pública: atuação em juízo, consensualidade e prerrogativas*. Londrina: Thoth, 2022, p. 62-63).

⁷⁷⁴ JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 149-150.

ao Executivo elaborar o orçamento e realizar as escolhas trágicas⁷⁷⁵, sem prejuízo da progressiva realização de direitos sociais⁷⁷⁶ – possivelmente a escolha de estruturação e o incentivo do sistema multiportas. Nesse contexto, no estado do Pará, a PCAM já se consolidou como política pública⁷⁷⁷, ampliando-se gradualmente em estruturação, competências internas, assinatura e realização de acordos

(com o correspondente adimplemento)⁷⁷⁸.

De fato, há orientação do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC) no sentido de que as Fazendas Públicas deem publicidade às hipóteses em que seus órgãos de Advocacia Pública estão autorizados a aceitar a autocomposição⁷⁷⁹.

A propósito, registre-se a previsão de divulgação dos dados

⁷⁷⁵ CALABRESI, Guido; BOBBITT, Philip. *Tragic Choices: The conflicts society confronts in the allocation of tragically scarce resources*. New York: W. W. Norton & Company, 1978; SCAFF, Fernando Facury. Reserva do possível pressupõe escolhas trágicas. *Consultor Jurídico*, 26 fev. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-fev-26/contas-vista-reserva-possivel-pressupoe-escolhas-tragicas>. Acesso em: 2 ago. 2024.

⁷⁷⁶ SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 73-75 e p. 266-269; SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos; PINHEIRO, Victor Sales. Solução consensual dos conflitos: a Fazenda Pública e a concretização dos direitos fundamentais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 46, n. 312, fev. 2021, p. 440.

⁷⁷⁷ Registre-se o evento de assinatura do milésimo acordo pelo estado do Pará ocorrido em cerimônia solene na Casa Civil no dia 28 de setembro de 2020, quando se prestou esclarecimento sobre o acatamento de uma cultura que evitasse a litigância, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do MP. Alertou-se que mecanismos para ganhar prazo representam prejuízo para o circuito de boa-fé. Desejou-se, ao final, que os envolvidos tenham suas expectativas atendidas, buscando-se construir uma sociedade melhor e mais justa a partir da conjugação de esforços (JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 89-90). Noutra oportunidade, celebrou-se a assinatura do 6000.º (sexto milésimo) acordo,

em evento ocorrido em 27 de junho de 2022 na sede da PGE/PA. Sobre a política pública de consensualidade e respectivos estágios, consultar: FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. *Terminação consensual de litígios judiciais envolvendo o poder público estadual como política pública entre os anos de 2015 e 2019*. Tese (Doutorado em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2020.

⁷⁷⁸ Sobre a realização ou o adimplemento dos acordos (e a importância, pois, da disponibilidade orçamentária), registre-se a orientação da então Coordenadora da Câmara autocompositiva estadual gaúcha e do Coordenador da Câmara estadual mineira no sentido de que, mais perigoso (para a credibilidade da autocomposição e das instituições que a promovem) do que não assinar um acordo seria o seu inadimplemento (JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 167 e p. 175).

⁷⁷⁹ É essa a previsão do Enunciado n.º 573 do FPPC (Grupo: Impacto do novo CPC e os processos da Fazenda Pública). É oportuno registrar o Enunciado n.º 24 do CJF/2017 aprovado na I Jornada de Direito Processual Civil, segundo o qual “Havendo a Fazenda Pública publicizado ampla e previamente as hipóteses em que está autorizada a transigir, pode o juiz dispensar a realização da audiência de mediação e conciliação, com base no art. 334, § 4.º, II, do CPC, quando o direito discutido na ação não se enquadrar em tais situações”.

produzidos com o relatório trimestral para fins de consulta geral, respeitados os sigilos incidentes, nos termos das Leis n.º 12.527/2011 e n.º 13.709/2018 e do Decreto Estadual n.º 1.359/2015⁷⁸⁰.

O site da PGE/PA, além de dar informações sobre legislação, divulga e-mails, telefones de contato e endereços para contato, objeto do acordo e economia gerada. A PGE/PA, entre as 6 (seis) procuradorias estaduais pesquisadas⁷⁸¹, é possivelmente aquela que fornece a maior quantidade e diversidade de informações sobre a autocomposição.

Registrada a experiência da Administração Pública estadual do Pará referente à criação da Câmara estadual, à concretização, à realização e à divulgação dos acordos promovidos, cumpre identificar a eventual judicialização precipitada (e inefetiva) dos a(u)tores envolvidos nos conflitos contra o Poder Público estadual e provocar reflexões sobre as possíveis consequências decorrentes dessa atuação demandista.

De acordo com essa ordem de ideias, cabe refletir sobre a viabilidade do estabelecimento de honorários autocompositivos nos casos que não admitam a competência do Juizado Especial (inclusive, da Fazenda Pública no teto de sessenta salários mínimos). Trata-se de uma espécie de estímulo aos atores técnico-jurídicos pela

orientação acerca dos meios autocompositivos disponíveis, sob pena de indevida tentação de judicialização para percepção de honorários sucumbenciais. Em acréscimo, considerando a possível existência de honorários contratuais (ou de *quota litis*), seria questionável imputar honorários autocompositivos se na própria judicialização eles não seriam devidos (notadamente, nos casos de competência do Juizado Especial).

Propõe-se, assim, considerar como possíveis honorários da autocomposição o parâmetro inicial de 5% (cinco por cento) do valor da causa (CPC, art. 701, parte final). De fato, na faixa inicial do artigo 85, § 3.º, I, do CPC, há honorários mínimos de 10% (dez por cento) do valor da causa. Um eventual reconhecimento da procedência do pedido implicaria a redução (dos 10%) dos honorários pela metade (CPC, art. 90, § 4.º), visto que, mesmo processualizado, é um parâmetro considerado. Ressalva-se que referidos honorários seriam cabíveis se o conflito envolvesse valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos (considerando a competência do Juizado da Fazenda Pública, no qual não são cabíveis honorários em 1.ª instância).

Dessa forma, nos casos superiores a 60 (sessenta) salários mínimos e inferiores a 200 (duzentos)

⁷⁸⁰JESUS, Thiago Vasconcelos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023, p. 149.

⁷⁸¹ JESUS, Thiago Vasconcelos. A advocacia pública compositiva e os direitos

fundamentais. In: MARINHO, Daniel Octávio Silva; ARAÚJO, José Henrique Mouta; PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; BECKER, Rodrigo Frantz (org.). Fazenda Pública: atuação em juízo, consensualidade e prerrogativas. Londrina: Thoth, 2022, p. 62.

salários mínimos, é defensável sustentar honorários autocompositivos de 5% (cinco por cento) do valor da causa. Trata-se de um possível cenário com parâmetros objetivos, sem afastar a possibilidade de outros parâmetros diretamente considerados pelos envolvidos com base na autonomia da vontade relacional ou coletiva.

Nos casos envolvendo valores superiores, sugere-se como parâmetro objetivo para os honorários da autocomposição a utilização sucessiva percentual mínima do artigo 85, § 3.º, II, III, IV e V, combinado com o artigo 90, § 4.º, do CPC (ou seja, redução pela metade daqueles que seriam cabíveis na eventual judicialização), nos respectivos percentuais de 4%, 2,5%, 1,5% e 0,5%, se não houver disposição diversa no acordo.

3. A (IN)EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO DEMANDISTA E A EVENTUAL (DES)CONSIDERAÇÃO DO SISTEMA MULTIPORTAS PELOS ENVOLVIDOS: COMO FICAM OS HONORÁRIOS?

A primariedade da via autocompositiva e dialógica revela potenciais benefícios aos envolvidos⁷⁸², e o fracasso da ação material dialógica primária autônoma privada⁷⁸³ pode justificar o interesse processual de agir processualmente (heterocomposição estatal secundária processual substitutiva) para concretizar e realizar os direitos fundamentais⁷⁸⁴.

A atuação dialógica pelo MP com os instrumentos que lhe são disponibilizados (como a recomendação e a audiência ministerial) pode viabilizar a concretização que assegure progressivamente a exigibilidade e a exequibilidade dos direitos sociais⁷⁸⁵. A ação comunicativa dialógica (na via autocompositiva pluridelibertativa) busca melhores razões públicas para viabilizar a legitimação democrática procedimental. A participação efetiva dos sujeitos envolvidos e a legitimação decisória primária pelos reais protagonistas do conflito, de um lado, e a prestação de esclarecimentos e argumentos, de outro, permitem o engajamento e o cumprimento efetivo

⁷⁸² SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 192 e p. 262-266.

⁷⁸³ SILVA, Sandoval Alves da; ALVES, Camille de Azevedo; SIQUEIRA, João Renato Rodrigues. O papel dos sujeitos na justiça restaurativa aplicada a casos cíveis judicializados: protagonismo ou substituição? *Revista Paradigma*, Ribeirão Preto, v. 32, n. 3, p. 256-284, set./dez. 2023.

⁷⁸⁴ GÓES, Gisele Santos Fernandes; SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos. A necessidade da premissa

dialógica como interesse processual nos processos coletivos. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 27, n. 10, set./dez. 2020, p. 296.

⁷⁸⁵ GÓES, Gisele Santos Fernandes; SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos. A necessidade da premissa dialógica como interesse processual nos processos coletivos. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 27, n. 10, set./dez. 2020, p. 288-289; SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 268-269.

das responsabilidades assumidas nas deliberações e, conseqüentemente, a adequada exigibilidade e exequibilidade referente ao conteúdo do resultado alcançado com a decisão final⁷⁸⁶.

Já se destacou a menor efetividade da atuação demandista do MP, notadamente pelo grau de concretização das soluções negociadas. Com efeito, evidenciou-se que a ação material por meio da forma negocial direta ou facilitada ou dialógica é mais resolutiva, célere e econômica que a judicial demandista⁷⁸⁷.

Sustenta-se, inclusive, que a atuação demandista pode consistir em um vício na atuação coletiva, passível de controle judicial em razão da falta de interesse⁷⁸⁸.

A propósito, vale registrar que o MP não está sujeito à condenação ao

pagamento de honorários sucumbenciais, pela aplicabilidade do princípio da simetria⁷⁸⁹.

No que toca à DP, cumpre lembrar que o entendimento então consolidado pela Súmula n.º 421 do STJ, que afastava o pagamento de honorários à Defensoria pela pessoa jurídica de direito público à qual pertença, ficou superado pelo julgamento do Tema 1002 pelo STF. No referido caso, o Tribunal fixou tese segundo a qual é devido o pagamento de honorários à DP, mesmo nas demandas propostas contra o ente público que integra. Contudo, os honorários devem ser destinados exclusivamente ao aparelhamento da instituição, vedando-se o rateio entre seus membros.

O cabimento de honorários à Defensoria reforça o entendimento de condicioná-los à prévia busca de canais

⁷⁸⁶ GÓES, Gisele Santos Fernandes; SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos. A necessidade da premissa dialógica como interesse processual nos processos coletivos. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 27, n. 10, set./dez. 2020, p. 295; SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 255-256; Sobre a responsabilidade administrativa e a conseqüente necessidade de consideração de todos os argumentos apresentados pelo interessado em processo administrativo, manifestados de maneira eficaz, tempestiva e colaborativa com a decisão, ver: JESUS, Thiago Vasconcellos; SILVA, Sandoval Alves da; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Responsabilidade pública ou diálogo deliberativo: a cooperação como proteção do acesso à justiça, do contraditório e dos direitos fundamentais na solução dos conflitos. A&C: Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 22, n. 89,

jul./set. 2022, p. 208. DOI: 10.21056/aec.v22i89.1564.

⁷⁸⁷ SILVA, 2017.

⁷⁸⁸ GÓES, Gisele Santos Fernandes; SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos. A necessidade da premissa dialógica como interesse processual nos processos coletivos. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 27, n. 10, set./dez. 2020, p. 296.

⁷⁸⁹ Sobre a aplicabilidade do princípio da simetria e o afastamento dos honorários em ação civil pública dirigida ao MP, registre-se a orientação do STJ, segundo a qual há vedação de condenação do MP ou de entidades estatais em honorários advocatícios – salvo comprovada má-fé, impedindo que os advogados sejam beneficiados quando vencedores na ação civil pública (STJ (2. Turma). REsp 1796436 RJ 2019/0002184-5. Relator: Min. Herman Benjamin. Julgamento: 09/05/2019. Publicação: *DJe* 18/06/2019).

dialógicos de autocomposição. Portanto, o afastamento de honorários, ainda que institucionais, também deve ser observado nos casos em que a Defensoria e seus membros não observem o sistema de múltiplas portas, mais céleres e econômicos para o acesso à justiça. Nesse sentido, a Portaria PGE n.º 512/2019 já indica, em seu artigo 4.º, IV, a possibilidade de proposta de autocomposição por membros da Defensoria.

Demonstradas a inefetividade da atuação demandista e a impossibilidade de condenação em honorários nas atuações contra o Poder Público pelo MP e pela DP, convém destacar a possível consequência de atuação demandista de advogado particular que deixe de esclarecer o cliente sobre o sistema de múltiplas portas, o interesse processual em demandar e a característica da secundariedade de jurisdição, especialmente considerando o refinamento do interesse público e a criação da Câmara autocompositiva estadual, com a divulgação em *site* oficial das hipóteses em que se admite a autocomposição.

Ora, se cabe à Administração Pública considerar o sistema multiportas, incentivando-o por meio do Chefe do Executivo (com a disponibilidade orçamentária para implementação da Câmara e o efetivo adimplemento dos acordos eventualmente realizados) e do

advogado público (competente para a análise da viabilidade ou recomendação da autocomposição, com os riscos e ônus a ela inerentes), compete também ao advogado particular, na hipótese em que tenha sido criada e implementada a Câmara autocompositiva e em que tenham sido divulgadas as matérias que são objeto de autocomposição, descortinar a via não litigiosa para o acesso à justiça?

Importa consignar que, aos advogados, é imposto o dever de “estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios”, segundo o artigo 2.º, PU, VI, do Código de Ética e Disciplina da OAB.

O advogado deve facilitar o acordo, apesar do interesse em honorários sucumbenciais⁷⁹⁰.

De fato, cabe também aos particulares e advogados privados colaborar no movimento de desobstrução do Judiciário de maneira a habilmente administrar os conflitos sem a necessidade de intervenção judicial. Insta então esgotar as vias extraprocessuais para que esteja presente o interesse de agir. Ocorre que, em vários casos, o patrono do autor (ou o próprio) nem sequer diligencia “um simples telefonema para o outro interessado” ou tenta “ouvir a versão do outro lado” com um encontro prévio ao ajuizamento, não se descartando a penalização da referida conduta com a extinção terminativa por falta de interesse⁷⁹¹.

⁷⁹⁰ NAVARRO, Trícia. *Justiça Multiportas*. Indaiatuba: Editora Foco, 2024, p. 57.

⁷⁹¹ MOURÃO, Alessandra Nascimento Silva e Figueiredo. *Técnicas de negociação para*

advogados. 4. ed., rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 23 e p. 26-27.

O CPC prevê que, para postular em juízo, é necessário ter interesse (art. 17).

A esse respeito, vale destacar o entendimento do STF no Recurso Extraordinário n.º 631.240 submetido à Repercussão Geral, ao julgar questão envolvendo benefício previdenciário perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A conclusão foi de que é necessário o requerimento administrativo prévio para a configuração do interesse de agir, o que assenta a compatibilidade da instituição de condições para o regular exercício do direito de ação com o artigo 5.º, XXXV, da CRFB. Assim, concluiu o STF que, para caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver a necessidade de ir a juízo⁷⁹².

Registre-se a orientação do STJ

sobre a responsabilização do autor pelos honorários ao optar pela via judicial sem nem sequer tentar a solução autocompositiva⁷⁹³.

Nesses termos, consoante previsão legislativa e orientação doutrinária sobre a secundariedade de jurisdição, há que se comprovar o interesse de agir, consistente na tentativa prévia de autocomposição infrutífera, ressalvadas as ações necessárias, sob pena de possível extinção terminativa (STF) ou de atribuição de honorários pela causalidade (STJ).

A propósito, destaque-se a sentença da 2.ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública em Belém (PA)⁷⁹⁴ entendendo aplicável a conclusão do RE n.º 631.240 a outras hipóteses em que seja plenamente viável o deferimento do pedido do

⁷⁹² STF (Tribunal Pleno). RE 631240. Relator: Min. Roberto Barroso. Julgamento: 03/09/2014. Acórdão Eletrônico Repercussão Geral. Mérito *Dje* 220. Divulgação: 07/11/2014. Publicação: 10/11/2014. A esse respeito, vale destacar que a força vinculante formal do Acórdão que foi submetido à Repercussão Geral tem fundamento no artigo 102, § 3.º, da CRFB, reforçado no artigo 927, III, do CPC (MAGALHÃES, Breno Baía; SILVA, Sandoval Alves da. O grau de vinculação dos precedentes à luz do STF: o efeito vinculante é absoluto? *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 49, n. 195, jul./set. 2012, p. 85-89. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496599/000966849.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024). Ainda sobre interesse de agir, importa registrar a orientação do STF nos casos de DPVAT (RE 839.314) e do STJ (REsp 1.349.453/MS) sobre a propositura de cautelar de exibição de documento bancário, na qual se concluiu que é necessário comprovar que o prévio requerimento à instituição financeira não

foi atendido em prazo razoável (CARREIRA, Guilherme Sarri. Manual de processo civil. 2. ed. Londrina: Thoth, 2022. v. único. E-book).

⁷⁹³ A proposta de responsabilização do autor pelos honorários fundamenta-se na orientação do STJ sobre o critério de inevitabilidade da disputa, como elemento do princípio da sucumbência, ou o princípio da causalidade e o comportamento dos envolvidos antes e durante a discussão para aferir a responsabilização pelos honorários por aquele que deu causa ao início do processo ou à sua continuidade (STJ (3.Turma). REsp 43.366/RJ, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 25/4/1994, DJ 23/5/1994, p. 12606; STJ (2. Seção). EREsp 598.730/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe 23/2/2010; STJ (3. Turma). EDcl no REsp n.º 1.685.453/SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 2/4/2018; e STJ (3. Turma). EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1.295.964/SP. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva DJe 26/04/2021).

⁷⁹⁴ No Processo n.º 0862000-45.2019.814.0301, sentença de 27 de novembro de 2019.

cidadão, em sede administrativa. Ainda nessa sentença, citou-se a LC n.º 121/2019, cujo objetivo é reduzir a litigiosidade perante o Poder Judiciário a partir da instituição da Câmara de Negociação, e concluiu-se que a ausência de comprovação de prévia tentativa administrativa, ou a inexistência de prazo excessivo sem manifestação pelo réu, implicava o indeferimento da inicial, nos termos do artigo 485, VI, do CPC⁷⁹⁵.

Seria recomendável, pois, que eventual atuação demandista com primariedade para administração dos CPIS resultasse na extinção terminativa nos moldes da orientação do STF pela ausência de interesse de agir (RE 631.240)? Seria cabível a atribuição de honorários ao autor, conforme a causalidade indicada pelo

STJ (AgInt nos EDcl no AREsp 1.295.964/SP)? A redução de honorários a 5% do valor da causa à semelhança da ação monitória (CPC, art. 701, parte final) ou pela metade nos demais casos (CPC, art. 90, § 4.º) sem qualquer distinção das matérias objeto de divulgação no *site* oficial ou de eventual tentativa prévia (ou não) pelo advogado particular resolveria a questão?

Entende-se que a extinção terminativa poderia configurar penalização da parte autora indevidamente assistida pelo advogado particular que não a tenha orientado adequadamente sobre o sistema de múltiplas portas, a possibilidade de autocomposição com

⁷⁹⁵ A propósito, registre-se a orientação sobre a força vinculante do precedente. Ainda que a Repercussão Geral não tivesse força vinculante formal conforme o artigo 102, § 3.º, da CRFB e o artigo 927, III, do CPC, a sua aplicação repetida em casos posteriores demonstraria um efeito vinculante material (MAGALHÃES, Breno Baía; SILVA, Sandoval Alves da. O grau de vinculação dos precedentes à luz do STF: o efeito vinculante é absoluto? *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 49, n. 195, jul./set. 2012, p. 93-94. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496599/000966849.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024). Porém, o argumento do efeito vinculante material não se faz necessário no presente caso, pois ele já é formalmente garantido pelo CPC (art. 927, III) e em obediência ao mandamento constitucional (art. 102, § 3.º). A propósito, convém destacar alguns julgados do STJ que obedeceram ao referido RE n.º 631.240: STJ (3. Turma). AgRg no REsp 936.574/SP. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Julgamento: 02/08/2011

Publicação: *DJe* 08/08/2011; STJ. REsp 1.383.566/RS. Relator: Min. Herman Benjamin. Publicação: 23/08/2013; STJ. AgRg no REsp 1.399.337/SC. Relator: Min. Herman Benjamin. Publicação: 07/11/2014. No mesmo sentido, o TJPJ nos seguintes julgados: TJPJ (1. Turma de Direito Privado). 2019.01434755- 23, não informado. Relator: Constantino Augusto Guerreiro. Julgamento: 16/04/2019. Publicação: 16/04/2019; TJPJ (1. Câmara Cível Isolada). 2016.04776818-95, não informado. Relator: Leonardo de Noronha Tavares. Julgamento: 26/01/2017. Publicação: 26/01/2017; TJPJ (Turma Recursal Permanente). 2019.01670610-73, 29.565. Relatora: Ana Angelica Pereira Abdulmassih. Julgamento: 10/04/2019. Publicação: 03/05/2019. Sobre o referido julgado da 2.ª Vara, cumpre registrar – por fidelidade acadêmica – que foi objeto de reforma posterior em 1.º de setembro de 2021 (sendo protocolado Recurso Extraordinário e, posteriormente, Agravo, ainda pendente de análise), embora seja oportuno destacar as razões de decidir da 1ª instância.

a Fazenda Pública naquela hipótese⁷⁹⁶, o risco da demanda e o interesse processual para demandar. Igualmente, atribuir o pagamento dos honorários à parte autora em razão da causalidade poderia representar indevida penalização decorrente de patrocínio inadequado.

Nesses termos, vale destacar a previsão legislativa de assunção de responsabilidade de 50% dos honorários sucumbenciais da parte que não comparecer à primeira audiência de mediação, embora convidada, caso vencedora em procedimento judicial posterior (Lei n.º 13.140/2015, art. 22, § 2.º, IV). Em sentido semelhante, o CPC (art. 90, § 4.º) prevê a redução de honorários pela metade se o réu reconhecer a procedência do pedido e cumprir integralmente a prestação reconhecida.

Assim, entre as possíveis alternativas, sem a pretensão de esgotar o tema, propõe-se que seria cabível e recomendável o afastamento de honorários daquele advogado particular que não tentou a via autocompositiva, ainda que se trate de

direitos supostamente indisponíveis e que caiba negociação. Ou que seja atribuído, no máximo, 25% a título de honorários, calculados sobre os honorários que seriam ordinariamente devidos, por aplicação cumulativa do artigo 22, § 2.º, IV, da Lei n.º 13.140/2015 e do artigo 90, § 4.º, do CPC.

A proposta alinha-se à sugestão de honorários da autocomposição: o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) dos honorários na judicialização precipitada (que seriam ordinariamente devidos se comprovadas a tentativa prévia e a resistência indevida que justificaram a secundariedade e a substitutividade da jurisdição) corresponde à metade daqueles propostos como honorários da autocomposição. Frise-se: na tentativa de autocomposição sustenta-se a aplicação de 5% de honorários na faixa inicial. Nesse caso, a judicialização precipitada implicaria o máximo de 2,5% (metade, portanto)⁷⁹⁷. Isso porque o CPC (art. 3.º, § 3.º) estabelece para todos os envolvidos a promoção da solução consensual, sempre que possível⁷⁹⁸.

⁷⁹⁶ Sustenta-se a reorganização do pensamento, visto que fomos “esculpidos no berço do contencioso”, como costumeiramente ensinado na graduação das Faculdades de Direito, lecionando-se que é fundamental a criação de um ambiente favorável ao diálogo, pois sem ele não há negociação (MOURÃO, Alessandra Nascimento Silva e Figueiredo. *Técnicas de negociação para advogados*. 4. ed., rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 36).

⁷⁹⁷ Para ilustrar: considerando uma causa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a tentativa prévia de autocomposição poderia justificar

honorários de 5%, ou seja, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) numa câmara autocompositiva ou negociação direta. Na eventual judicialização precipitada, se a “parte sucumbente” que reconhece a procedência do pedido comprova que não houve tentativa prévia de autocomposição, os honorários máximos cabíveis seriam de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com fundamento nos poderes do juiz para adotar meios de incentivo (ver palavra do CPC) ao acordo conforme previsto no artigo 139, V, do CPC.

⁷⁹⁸ De fato, a conciliação já vinha sendo incentivada desde a Lei n.º 5.869/1973 (entre

Assim, desconsiderar a criação dessa Câmara e a correspondente divulgação das matérias passíveis de acordo tornaria tais medidas irrelevantes ou dispensaria tratamento semelhante a situações distintas, ou seja, se qualquer dessas medidas não fosse adotada, o resultado também seria a redução dos honorários pela metade, premiando a ação demandista que desprestigiou o sistema multiportas quando ele seria cabível.

Ademais, a atuação demandista torna os atores originários envolvidos nos CPIS irresponsáveis na persecução da administração da questão conflituosa e, por consequência, abarrotada ainda mais (e desnecessariamente) o Judiciário. Mais: atrasa e encarece a prestação ao próprio cliente assistido, que poderia concretizar e realizar a pretensão diretamente na via autocompositiva, por meio da ação material, caso orientado adequadamente pelo advogado, se o sujeito envolvido assim já não se manifestasse pela gestão de CPIS.

De fato, essa atuação demandista sobrecarrega o juízo (que estaria analisando demandas efetivamente necessárias) e onera

indevidamente a Fazenda Pública com honorários, custas e despesas processuais “sucumbenciais”, em hipóteses em que as pessoas jurídicas já autorizaram a autocomposição com divulgação prévia das matérias e pleno conhecimento das partes envolvidas e dos advogados da causa. Aliás, trata-se de um recurso público que poderia ser utilizado para atendimento de alguma necessidade humana, tal qual educação ou saúde, considerando a limitação dos recursos destacados alhures⁷⁹⁹.

Atribuir indistintamente a redução de honorários pela metade poderia configurar indevido tratamento igual a situações desiguais, conforme raciocínio aristotélico⁸⁰⁰: seria irrelevante a tentativa ou não previamente à judicialização, como questão referente ao interesse de agir e de prestígio ao sistema multiportas pela ação material. Ademais, seria denotar indiferença pela criação da Câmara autocompositiva e pela divulgação no *site* oficial das hipóteses em que a autocomposição está autorizada (e sendo realizada), a despeito das previsões legais (CPC, art. 3.º, § 3.º, e 174; Lei n.º 13.140/2015, art. 32 *et seq.*), das orientações

outros dispositivos, arts. 277, 278, 331, 447-449, 475-N, III, 584, III e 740), na Lei n.º 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), na Lei n.º 10.259/2001 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal) e na Lei n.º 12.153/2009 (Lei dos Juizados da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios). A conciliação é novamente incentivada nas Resoluções do CNJ (n.º 125/2010) e do CNMP (n.º 118/2014) e no Código de Ética e Disciplina

da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (art. 2.º, VI).

⁷⁹⁹ SCAFF, Fernando Facury. Reserva do possível pressupõe escolhas trágicas. *Consultor Jurídico*, 26 fev. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-fev-26/contas-vista-reserva-possivel-pessupoe-escolhas-tragicas>. Acesso em: 2 ago. 2024.

⁸⁰⁰ FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 397.

doutrinárias (Enunciados n.º 573 do FPPC e n.º 123 do FNPP) e dos entendimentos firmados em precedentes judiciais formalmente vinculantes do STF (no RE 631.240/MG) e do STJ (no AgInt nos EDcl no AREsp 1.295.964/SP).

Nessa linha, é recomendável que o Procurador do Estado, como representante institucional da Procuradoria-Geral – vinculado, portanto, às suas diretrizes –, apresente petição ao juízo para a suspensão do processo ou até mesmo a sua extinção sem resolução de mérito, ante a falta de interesse de agir, caracterizada pela ausência de prévia tentativa de autocomposição nas hipóteses expressamente delineadas, solicitando-se, pois, o afastamento de honorários sucumbenciais com fundamento no artigo 139, V, do CPC.

Registre-se que a proposta de afastamento de honorários não subsistiria se, a despeito da previsão e da divulgação de matéria passível de autocomposição no *site*, houvesse tentativa que restasse infrutífera.

A título ilustrativo, diante de uma das matérias passíveis de autocomposição pelo estado do Pará,

caberia ao advogado particular a tentativa de autocomposição, enviando proposta de acordo ao *e-mail* da Câmara disponível no *site* da PGE ou por via de aplicativo de mensagens (igualmente disponível no *site*)⁸⁰¹. Se a resposta fosse negativa à sua proposta (ou inerte por tempo razoável), justificar-se-ia a judicialização pelo interesse de agir e pela necessidade de recorrer secundariamente à heterocomposição estatal, de forma a eventualmente atrair a condenação ao pagamento de honorários pela Fazenda Pública (ainda que pela metade, nos termos do artigo 90, § 4.º, do CPC).

Ademais, é possível sustentar que o ato de composição de litígio é de interesse público⁸⁰², mas os honorários de advogado particular ou público demandista em ação sem interesse de agir, não. Isso porque a judicialização precipitada não é a medida mais célere nem a mais efetiva se comparada à autocomposição, que, por sua vez, consiste em direito fundamental e social de acesso à ordem jurídica justa⁸⁰³ (CRFB/1988, art. 5.º, LXXIII) e, portanto, de interesse público⁸⁰⁴.

Frise-se que o afastamento de

⁸⁰¹ *E-mail* (camarapge@pge.pa.gov.br) e telefones de contato (Coordenação (91) 98579-1664 e Secretaria (91) 98407-9795) disponíveis em <https://pge.pa.gov.br/>.

⁸⁰² EIDT, Elisa Berton. O funcionamento das câmaras administrativas de solução de conflitos pela Advocacia Pública. In: ANDRADE, Raimundo Luiz de (org.). *Livro de Teses*. Salvador: Associação dos Procuradores do Estado da Bahia, 2019. p. 136; LAURENTINO, Erivan. Acordos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. In: NERY, Cristiane da Costa; GUEDES, Jefferson Carús

(coord.). Juizados Especiais da Fazenda Pública: uma visão sistêmica da Lei 12.153/2009. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 108-109.

⁸⁰³ SILVA, Sandoval Alves da. O (in)acesso à justiça social com a demolidora reforma trabalhista. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (org.). *A reforma trabalhista e seus impactos*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 1085.

⁸⁰⁴ HEINEN, Juliano. *Interesse público: premissas teórico-dogmáticas e proposta de fixação de cânones interpretativos*. Salvador: JusPodivm, 2018.

honorários nos casos ora propostos não seria algo isolado no ordenamento jurídico vigente, visto que já há previsão de ausência de honorários de sucumbência, entre outros, nos casos de execução fiscal até a sentença (Lei n.º 6830/1980, art. 26), em 1.ª instância de Juizados Especiais (Lei n.º 9.099/1995, arts. 54 e 55), em mandados de segurança (Lei n.º 12.016/2009, art. 25, e Súmulas n.º 512/STF e n.º 105/STJ), em ação civil pública (Lei n.º 7347/1985, art. 18), em reclamação constitucional (Rcl 2.017/RS, *DJe* 15/10/2008), no cumprimento voluntário da obrigação de pagar (CPC, art. 523, § 1.º) ou na ausência de impugnação pela Fazenda Pública (CPC, art. 85, § 7.º), na ação popular (CRFB, art. 5.º, LXXIII), no *habeas data* (AgInt no Resp n.º 1.936.003/RJ, *DJe* 25/11/2021) e nas ações de improbidade administrativa, salvo se improcedente e comprovada má-fé (Lei n.º 8.429/1992, art. 23-B, § 2.º).

CONCLUSÃO

O acesso à justiça não se restringe à prestação jurisdicional. Cumpre reconhecer a possibilidade de um sistema multiportas para a solução de conflitos, abrangendo a autocomposição e a heterocomposição, material ou processual, protagonista ou substitutiva, primária ou secundária, privada ou estatal.

A autocomposição apresenta-se como um possível e fortemente recomendável instrumento de solução de conflitos, com características de

resolutividade – uma porta a ser viabilizada pela Administração Pública como espécie de direito social fundamental.

Ante a demora e o custo do Judiciário, cabe lembrar que os direitos fundamentais à razoável duração do processo e à celeridade devem ser considerados na definição de interesse público (CRFB/1988, art. 5.º, LXXIII); por outro lado, a composição de conflitos pode igualmente ser uma questão de interesse público, a ser observada pela Administração Pública.

A criação da Câmara Autocompositiva pelo estado do Pará por meio da LC n.º 121/2019, com a correspondente regulamentação pela Portaria PGE n.º 512/2019, viabiliza o sistema multiportas em atenção ao CPC no que diz respeito à promoção de solução consensual dos conflitos para todos os envolvidos. De fato, observa-se a concretização progressiva e gradual da autocomposição nos acordos de 2019 a 2024, com a disponibilidade orçamentária respectiva, sem prejuízo da divulgação das matérias passíveis de autocomposição pela PGE/PA (em atenção ao Enunciado n.º 573 do FPPC) no *site* oficial e em outros meios.

A iniciativa da Procuradoria-Geral do Estado do Pará de criar a Câmara de Conciliação constitui relevante estímulo institucional à adesão ao sistema multiportas, de forma a contribuir também para desafogar o Poder Judiciário e facilitar o acesso à justiça.

Defende-se a atuação dialógica como instrumento de exigibilidade e de exequibilidade do acordado pelos

envolvidos, consistindo em uma medida mais célere, econômica e resolutive do que a atuação demandista inefetiva, custosa e demorada, para alguns casos. Com efeito, a via resolutive é passível de controle judicial e de extinção terminativa por ausência de interesse de agir (STF) pela característica da secundariedade da jurisdição, como pressuposto processual, ou pela atribuição (redução ou sanção) de responsabilidade pelos honorários, em razão da causalidade (STJ).

Como forma de possível fomento da autocomposição, sugere-se a atribuição de honorários da autocomposição com parâmetros objetivos de percentual, proporcional e sucessivo ao valor da causa, conforme o artigo 701, parte final, e o artigo 90, § 4.º, ambos do CPC (ressalvados os casos de competência do Juizado Especial), em 5%, 4%, 2,5%, 1,5% e 0,5% do valor da causa.

Nos mesmos termos, é defensável que a atuação demandista de advogado particular ou público – assim considerada aquela que desconsidera as matérias já autorizadas e divulgadas no *site* oficial da Procuradoria como passíveis de autocomposição – não tenha o mesmo tratamento daquele que comprovou a tentativa de solução previamente, considerando o sistema multiportas, o interesse de agir e a secundariedade de jurisdição.

Assim, na tentativa de afastar gradual e provisoriamente eventual prejuízo aos demais envolvidos na autocomposição, propõe-se que, nos casos em que haja expressa divulgação

no *site* oficial da instituição competente (*in casu*, a PGE), não sejam atribuídos honorários sucumbenciais em favor do advogado particular ou público demandista.

De fato, se não houve a tentativa prévia de autocomposição no caso concreto, tampouco a sucumbência (visto que resultou em autocomposição), não haveria fundamento para atribuição de honorários sucumbenciais.

Sugere-se, pois, que se adote como fundamentação dessa proposta a possível interpretação do artigo 22, § 2.º, IV, da Lei n.º 13.140/2015 em combinação com o artigo 90, § 4.º, do CPC. Trata-se de uma possível forma de prestigiar, inclusive, o acesso à justiça, o sistema multiportas e o interesse público, não consistindo tal proposta de afastamento de honorários sucumbenciais (ou de sua atribuição máxima de 25% daqueles que seriam ordinariamente devidos) um caso isolado no ordenamento jurídico vigente.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- CALABRESI, Guido; BOBBITT, Philip. *Tragic Choices: The conflicts society confronts in the allocation of tragically scarce resources*. New York: W. W. Norton & Company, 1978.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1988.

- CARREIRA, Guilherme Sarri. Manual de processo civil. 2. ed. Londrina: Thoth, 2022. v. único. E-book.
- CASTELO BRANCO, Janaína Soares Noleto. *Advocacia Pública e solução consensual dos conflitos*. 2. ed., rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2024 (ano-base 2023)*. Brasília, DF: CNJ, 2024.
- DIÁLOGO entre os professores Frank Sander e Mariana Hernandez Crespo: explorando a evolução do Tribunal Multiportas. In: ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tania; CRESPO, Mariana Hernandez (org.). *Tribunal Multiportas: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 25-37.
- EIDT, Elisa Berton. *Autocomposição na Administração Pública*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017.
- EIDT, Elisa Berton. O funcionamento das câmaras administrativas de solução de conflitos pela Advocacia Pública. In: ANDRADE, Raimundo Luiz de (org.). *Livro de Teses*. Salvador: Associação dos Procuradores do Estado da Bahia, 2019. p. 135-147.
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.
- FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Terminação consensual de litígios judiciais envolvendo o poder público estadual como política pública entre os anos de 2015 e 2019. 2020. Tese (Doutorado em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2020.
- GÓES, Gisele Santos Fernandes; SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos. A necessidade da premissa dialógica como interesse processual nos processos coletivos. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 27, n. 10, p. 281-299, set./dez. 2020.
- HEINEN, Juliano. *Interesse público: premissas teórico-dogmáticas e proposta de fixação de cânones interpretativos*. Salvador: JusPodivm, 2018.
- JESUS, Thiago Vasconcellos. A advocacia pública compositiva e os direitos fundamentais. In: MARINHO, Daniel Octávio Silva; ARAÚJO, José Henrique Mouta; PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; BECKER, Rodrigo Frantz (org.). *Fazenda Pública: atuação em juízo, consensualidade e prerrogativas*. Londrina: Thoth, 2022. p. 49-73.
- JESUS, Thiago Vasconcellos. O sistema multiportas na Fazenda Pública: a experiência do Estado do Pará. Londrina: Thoth, 2023.
- JESUS, Thiago Vasconcellos; SILVA, Sandoval Alves da; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Responsabilidade pública ou diálogo deliberativo: a cooperação como proteção do acesso à justiça, do contraditório e dos direitos fundamentais na solução dos conflitos. A&C: Revista de Direito Administrativo &

- Constitucional, Belo Horizonte, ano 22, n. 89, p. 191-216, jul./set. 2022. DOI: 10.21056/aec.v22i89.1564.
- LAURENTINO, Erivan. Acordos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. In: NERY, Cristiane da Costa; GUEDES, Jefferson Carús (coord.). Juizados Especiais da Fazenda Pública: uma visão sistêmica da Lei 12.153/2009. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 93-115.
- MAGALHÃES, Breno Baía; SILVA, Sandoval Alves da. O grau de vinculação dos precedentes à luz do STF: o efeito vinculante é absoluto? *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 49, n. 195, p. 77-95, jul./set. 2012.
- MOURÃO, Alessandra Nascimento Silva e Figueiredo. *Técnicas de negociação para advogados*. 4. ed., rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- NAVARRO, Trícia. *Justiça Multiportas*. Indaiatuba: Editora Foco, 2024.
- SALLES, Carlos Alberto de (org.). *Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- SARMENTO, Daniel. Direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- SARMENTO, Daniel. *Livres e iguais: estudos de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- SCAFF, Fernando Facury. Reserva do possível pressupõe escolhas trágicas. *Consultor Jurídico*, 26 fev. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-fev-26/contas-vista-reserva-possivel-pessupoe-escolhas-tragicas>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- SILVA, Sandoval Alves da. Direitos sociais: leis orçamentárias como instrumento de implementação. Curitiba: Juruá, 2007.
- SILVA, Sandoval Alves da. *O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2016.
- SILVA, Sandoval Alves da. O (in)acesso à justiça social com a demolidora reforma trabalhista. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (org.). *A reforma trabalhista e seus impactos*. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1, p. 1075-1103.
- SILVA, Sandoval Alves da; ALVES, Camille de Azevedo; SIQUEIRA, João Renato Rodrigues. O papel dos sujeitos na justiça restaurativa aplicada a casos cíveis judicializados: protagonismo ou substituição? *Revista Paradigma*, Ribeirão Preto, v. 32, n. 3, p. 256-284, set./dez. 2023.
- SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos; PINHEIRO, Victor Sales. Solução consensual dos conflitos: a Fazenda Pública e a concretização dos direitos fundamentais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 46, n. 312, p. 411-445, fev. 2021.
- TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 5. ed. São Paulo: Método, 2019.
- VENTURI, Elton. Transação de direitos indisponíveis? *Revista de Processo*,

São Paulo, v. 41, n. 251, p. 391-426,
jan. 2016.

WATANABE, Kazuo. Acesso à ordem
jurídica justa: conceito atualizado de

acesso à justiça, processos coletivos e
outros estudos. Belo Horizonte: Del
Rey, 2019.